

O VESTIBULAR COMO INSTRUMENTO DE DIAGNÓSTICO E DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Carlos Alberto Serpa de Oliveira *

Ao aceitar o convite da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para proferir esta conferência, sinto-me no dever de apresentar aos participantes deste Seminário, assim como o fiz recentemente em palestra na Escola Superior de Guerra, a concepção moderna do papel de um mecanismo de acesso ao ensino superior que hoje não se esgota na simples avaliação e seleção bem feita de candidatos.

Ao mecanismo atual, o concurso vestibular, ou a qualquer outro que se procure imaginar para substituí-lo, impõe-se atribuir uma outra função, talvez mais importante, que é a do diagnóstico permanente do sistema educacional e mesmo da comunidade a que este sistema procura servir. Este diagnóstico e as ações dele decorrentes, de indiscutível valor para o planejamento educacional, cresce de importância ao se verificar que é o único momento em que, de uma maneira global, se avalia a saúde do sistema educacional, o que leva, por consequência, a um tipo diferente de avaliação do próprio sistema social.

Na verdade, a prática da avaliação educacional, em qualquer situação, só se realiza plenamente quando dela conseguimos retirar informações capazes de orientar a correção dos defeitos evidenciados na relação ensino-aprendizagem e fixar as bases para a continuidade e aprimoramento desta relação.

Na situação de um vestibular, é perfeitamente factível que, além de um trabalho bem feito de seleção, se produzam relatórios indicativos das ações a serem seguidas: — um tratamento preventivo a nível de 2º grau e, um outro, corretivo, a nível de 3º grau.

É a visão moderna do papel adicional do vestibular ou de qualquer mecanismo de seleção ao ensino superior, que, no entanto, não lhe confere as características de remédio, mas sim de indicador da terapêutica. À semelhança do que ocorre com os problemas de saúde, as palavras diagnóstico, remédio e terapêutica parecem indicar a existência de um doente que necessita ser tratado e curado.

* Presidente da Fundação CESGRANRIO.

São comuns as queixas quanto ao nível dos candidatos e, muitas vezes, alguns professores apontam o sistema de acesso como o culpado pela doença. Baseiam-se certamente no fracasso dos métodos que por tantos anos foram utilizados com sucesso na formação dos antigos contingentes e que agora já não mais funcionam.

Tornou-se lugar comum a afirmação de que o ensino brasileiro está sofrendo uma progressiva deterioração qualitativa.

Acredito sinceramente que a afirmação não seja falsa, porém não me atreveria a apontá-la como inteiramente verdadeira. Não que pretenda negar a precariedade de nosso sistema formal de ensino, evidência que, infelizmente, não exige grande esforço para ser percebida. Não posso aceitar, no entanto, como válida, a tese de que haja uma deterioração da qualidade do ensino e dos serviços educacionais, tomando como referencial evidências do passado ou episódios isolados.

Admito, isto sim, que a escola de hoje, com efetivo estudantil bastante diverso do de outrora, com novas e cada vez mais complexas atribuições, implique também a adoção de um outro conceito de qualidade do ensino.

Evidencia-se que algo mudou. No entanto, como nem os mais severos críticos do atual processo tiveram a coragem de afirmar que candidatos bons ficam do lado de fora da Universidade, dando lugar ao ingresso de maus candidatos — por sinal, a única constatação que, se verdadeira, invalidaria um sistema de acesso ao ensino superior — cabe um exame do tipo de aluno que hoje chega às portas da Universidade.

Os dados acumulados da Fundação CESGRANRIO revelam, sem dúvida, com relação aos egressos do 2º grau que procuram a Universidade, um aumento de contingentes com níveis sócio-econômicos mais baixos. Em outras palavras, a elite social das décadas passadas, continua presente, porém fortemente diluída em uma enorme massa que, em tempos outros, jamais teve acesso sequer ao término do 2º grau. Foi uma conseqüência inevitável do grande esforço que se fez no país em prol da democratização das oportunidades educacionais.

Como essa democratização se deu, a nível de 3º grau, graças a uma vertiginosa expansão de vagas na década de 70, verificou-se o ingresso de classes menos favorecidas no seio da Universidade, com ambiência social bastante diversa da elite do passado. Esta nova clientela, com características antagônicas à tradição da Universidade, nela procura primordialmente ascensão social e ganhos financeiros, ao invés do saber e da cultura, aspiração dominante dos jovens de outrora.

Apresenta-se assim à Universidade um dilema de difícil solução: ou ela nega o esforço de democratização realizado e retoma uma posição de abrir suas portas tão somente a uma elite social, com características as mais próximas da que idealiza, ou se transforma, cônica de seu papel de força viva da comunidade, procurando trabalhar com a matéria-prima que recebe, distante da ideal, mas a melhor que consegue recolher dentro da massa de jovens que flui do 2º grau.

As próprias pesquisas da Fundação CESGRANRIO evidenciaram que há forte correlação entre ambiência social e desempenho acadêmico, o que torna elitista, economicamente, qualquer sistema que vise a dar assento nos bancos universitários tão somente àqueles que possuam um nível mínimo compatível com o desejo tradicional da Universidade.

Não há dúvida, no entanto, que é lícito o anseio da Universidade de procurar ser o lugar de uma elite intelectual, capaz de enfrentar os desafios do mundo moderno.

Ocorre, porém, que a Universidade de hoje sofre os reflexos da sociedade a que serve, sendo forçoso reconhecer que a solução do problema, apesar de admitir algumas ações a nível educacional, repousa sobretudo em ações mais abrangentes a nível social.

Isto significa que a Universidade deve reformar-se e reformar, e só reformar-se porque procura reformar. Deve, assim, agir sobre a comunidade, tendo sempre presente a realidade que a cerca, e, principalmente, reconhecer que soluções sérias em educação produzem resultados lentos, mas certamente mais duradouros do que os obtidos por ações de caráter imediatista, como aquelas que se pretende alcançar pelo vestibular e que têm, até hoje, se mostrado inócuas.

Como justificativa freqüentemente apresentada afirma-se que o Vestibular, pelo grande apelo social que possui, exerce uma enorme influência sobre o sistema educacional como um todo, evidência que bastaria para, através dele, sanar todas as deficiências dos graus de ensino.

Apresenta-se assim o vestibular como uma panacéia para todos os males do ensino brasileiro.

Esta afirmativa tem sido uma preocupação constante do corpo de pesquisa da Fundação CESGRANRIO, que há anos procura determinar a extensão e a profundidade desta influência, a fim de utilizá-la positivamente.

Entretanto, esta pretensão falha pelo menos no ponto fundamental: quanto ao conteúdo, pois admite-se que, quanto à forma, alguma influência existe.

A título de exemplificação, vale assinalar que, no Estado do Rio de Janeiro, a Fundação CESGRANRIO, com as Universidades e o ensino de 2º grau da área, realizou um amplo trabalho conjunto, do qual resultou um programa detalhado dos conteúdos a serem exigidos por ocasião do vestibular, em que se procurou explicitar, minuciosamente, até os comportamentos que não seriam solicitados dos candidatos. Não obstante este esforço, acrescido anualmente de orientações claras e objetivas dirigidas a todas as escolas de 2º grau, quanto a conteúdos sistematicamente solicitados em concurso vestibular, verificou-se que nenhuma melhoria ocorreu e, em alguns casos, se delineou até uma progressiva queda de desempenho. Não é assim, gratuitamente, que a Fundação CESGRANRIO, pelo menos à luz de sua experiência, pode hoje afirmar que o vestibular não influencia o 2º grau, como gostaria que o fizesse, isto é, obtendo resultados concretos no nível de formação dos jovens pela simples modificação do processo de seleção.

Não custa nada lembrar que desde a Reforma Rivadávia, em 1911, inúmeras têm sido as críticas e as tentativas de solução do problema de nível dos estudantes através de sistemas de seleção. Observa-se desde aquela época a alternância de períodos de fechamento e abertura das portas da Universidade, mediante a incorporação, no concurso vestibular, de maiores ou menores exigências, às quais, por mais paradoxal que possa parecer, buscavam igualmente solucionar os problemas da escola média e elevar o nível dos estudantes que postulavam ingresso no nível superior. Não obstante estes esforços, o que se verificou foi a ausência de resultados concretos, dada a pouca força que possuem tais medidas, quando não conjugadas a outras de aspecto mais amplo e, portanto, mais poderoso como as que se situam no terreno sócio-econômico.

Aliás, seria ingênuo acreditar que um mero mecanismo de seleção ao ensino superior fosse capaz de influenciar 11 anos de escolaridade regular e 18 anos de ambiência social! É preciso ficar claro que a qualidade de um produto que demanda 18 anos para ser entregue à sociedade não pode ser melhorada pelo processo de avaliação e sim pelo de fabricação!

Acrescente-se aí, também, que dados preliminares levantados em cerca de 100 escolas do Estado do Rio de Janeiro, (pesquisa parcialmente financiada pela FINEP), no que tange à prática pedagógica do 2º grau, revelaram que cada professor interage em média com 400 alunos quando o limite recomendado pela UNESCO é de cerca de 60!

Por outro lado, quanto à forma, tornou-se mais evidente a influência do vestibular. De fato, a adoção maciça de testes de múltipla-escolha pela escola de 2º grau se deve, em parte, à utilização desta técnica de avaliação pelo concurso vestibular. Por essa razão, empenhou-se a Fundação CESGRANRIO, em estudos que levaram à inclusão de questões de resposta livre, a partir do Vestibular de 1981, com métodos e técnicas que assegurem a qualidade do instrumento para uma população de 130 mil candidatos, do mesmo modo como agiu quando da inclusão da redação no vestibular de 1978.

Assim é que 228 professores se encontram em fase final de treinamento para a avaliação das questões discursivas de Português, Matemática, Biologia, História e Geografia, que farão parte do Concurso Vestibular de 1981.

A verdadeira e significativa influência que o vestibular pode exercer sobre o 2º grau está sendo obtida, no caso do Estado do Rio de Janeiro, não só por conversações e encontros frequentemente realizados, mas, sobretudo, pelo efetivo contato mantido através do envio gratuito de relatórios que informam para cada escola (e são cerca de mil) o desempenho dos alunos concluintes do ano em pauta, em cada disciplina como um todo e também em suas partes ou assuntos mais significativos. Por exemplo, envia-se além do desempenho global em Matemática, o desempenho em Álgebra, Análise, Geometria, Trigonometria etc.

Desta forma, podem os professores de cada colégio identificar os pontos que merecem mais cuidado e os setores mais deficientes, visando a um trabalho que evite a ocorrência de cer-

tas insuficiências, constatadas em alunos de turmas anteriores. Outro auxílio vem sendo fornecido pela elaboração e publicação da análise técnica pormenorizada das provas do concurso que tem informado se os objetivos esperados foram atingidos, se algum assunto não foi ensinado, e até se algum ponto está sendo ensinado de maneira errada.

Trata-se de um alerta àqueles que participam da educação dos jovens do Estado do Rio de Janeiro, distribuído gratuitamente a mais de 10 mil professores.

Como não assume somente um papel de crítica, considera a Fundação CESGRANRIO que alguma ajuda real pode ser dada, com a publicação de uma revista para o ensino do 2º grau — O CONTACTO —, que, reunindo uma equipe de professores das diversas instituições de ensino superior, divulga bimestralmente artigos de todas as disciplinas do núcleo comum obrigatório, relatando experiências bem sucedidas em salas de aula e maneiras eficazes de se ensinarem os assuntos que revelam maiores deficiências. Seria muita pretensão, no entanto, que somente esta atuação viesse a corrigir as estruturas básicas de nossa educação. Torna-se necessária uma ação muito mais profunda, eficaz e duradoura.

Creio, firmemente, que o futuro da Educação depende do que se fizer hoje e agora com nossas crianças, o mais rápido possível, quanto mais cedo possível. Se o método retrospectivo servir como método prospectivo, pode-se prever que uma das grandes revoluções do final deste século será o desenvolvimento da inteligência das crianças. Embora, infelizmente, em todo o mundo cresça a aplicação das idéias de Skinner, com o "ensino programado", que nada mais é do que um processo de redução a um mínimo de utilização das memórias (aos reflexos condicionados), em alguns centros já se tenta criar, para as crianças de mais tenra idade, ambientes altamente estimuladores — trata-se de estimular as conexões neurônicas da criança e colocá-la em permanente estado de desafio (situações-problema). Nada deixa a criança mais estimulada do que estar posta permanentemente a situações de desafio.

A situação-problema é a provocação da função intelectual geralmente atrofiada pelo meio em que as crianças são criadas. Não seria de espantar que o exercício desta função integradora básica levasse a um equilíbrio total, ou seja, ao equilíbrio emocional.

Daí se concluir, ao se pensar em Educação, que tudo o que irá concorrer será fruto do que se fizer agora, pois a criança de hoje será o educador das crianças do amanhã. E, se quanto mais tenra é a criança mais poderosa é a influência do meio ambiente, urge que as mudanças que deve sofrer o nosso sistema educacional comecem por estender, o máximo possível, às crianças de idades mais baixas a influência do meio através da escola, já que a vida moderna não permite aos pais a mesma atuação de outrora.

É um imperativo pedagógico e social, pois é durante os primeiros anos que os esforços de desenvolvimento da inteligência são mais eficazes e que os atrasos porventura adquiridos são de caráter praticamente irreversível.

Nesta perspectiva, uma das necessidades urgentes é a da generalização para todas as camadas da população de uma formação pré-escolar a partir da idade de 3 anos e, talvez, de 2 anos e meio. Embora se discutam as vantagens e desvantagens do critério de obrigatoriedade para esse nível de educação, parece-me recomendável que tal prática deva ser compulsória.

Como, na verdade, a educação não se processa somente na escola, pois continua e se consolida no seio da família, diante das circunstâncias da vida moderna, cabe a preocupação com a formação dos pais, sobretudo daqueles pertencentes às camadas menos favorecidas, que não tiveram acesso à educação, aos hábitos de higiene, à boa alimentação e ao controle e proteção da saúde, pois são fatores que podem cercear a libertação do intelecto infantil. Concomitantemente, há que se fazer uma reforma radical na escola de 1º grau, no sentido de torná-la estimulante pela substituição paulatina dos programas e currículos rígidos e ultrapassados por flexibilidade e respeito à individualidade de cada educando, na qual a relação ensino-aprendizagem seja executada na íntegra, permitindo que as verdades do educando sejam consideradas, estudadas e orientadas. É necessário que, ao contrário do que hoje se verifica, as preocupações sejam voltadas para o aprender e não para o ensinar. Já se disse que o ato de aprender pertence a quem aprende. Formar uma pessoa só é possível quando se está interessado no que é ensinado, e ninguém se interessa realmente quando a liberdade e a responsabilidade estão plenamente compro-

metidas. Nada disso poderá ser feito, no entanto, sem a participação dos professores, pois se se quiser que eles desenvolvam a criatividade de nossos filhos é preciso inicialmente colocá-los, eles próprios, em situação de criatividade. Esta mudança inovadora e criativa deve ser introduzida por meio de uma ação voluntária e não por atos legais. O fundamental do problema está em ajudar os professores a organizar o sistema escolar. Antes, porém, é preciso reconhecer-lhes a importância, a começar pela valorização da figura do professor que tem que ser completamente reformulada, reformulando-se inclusive as faculdades de educação. O que se deseja é um professor que esteja apto a enfrentar os desafios da educação, aberto ao diálogo, capaz de entender a nova dimensão da relação ensino-aprendizagem, mas que também possa merecer do Sistema a que está servindo o reconhecimento e as condições sociais compatíveis com sua inigualável missão da formação da comunidade do amanhã.

Torna-se claro que um simples exame de seleção para a Universidade pouco ou quase nada pode fazer para, por si só, tornar realidade a revolução educativa que pretendemos.

Pelo menos enquanto não se consegue a melhoria do nível dos alunos que ingressam no ensino superior, tornou-se imprescindível que relatórios semelhantes àqueles enviados para o 2º grau fossem produzidos para informar aos professores dos primeiros semestres universitários os assuntos que, vinculados à carreira escolhida, carecem de reparo para um bom desempenho no curso profissional. Vale citar que há seis anos a Fundação CESGRANRIO vem enviando a cada uma de suas instituições filiadas, por curso e por turma, essas informações.

Entretanto, não se pode descuidar da eficiência da seleção. Penso que a qualidade do mecanismo de acesso ao ensino superior depende de vários fatores, tais como o planejamento, a segurança, a lisura, o processamento de dados, o instrumento de medida e a agilidade administrativa que devem se harmonizar para que possam atingir a sua finalidade com o maior grau de eficiência possível.

Como o principal objetivo do vestibular é o de escolher, dentre os milhares de pretendentes a uma vaga na Universidade, aqueles mais capazes do ponto de vista do nível de conhecimentos e habilidades intelectuais, parece que o aspecto mais importante deva ser o do método pelo qual a decisão de incorporação ou não de um candidato ao ensino superior deva ser tomada.

Refiro-me ao instrumento de medida ou as provas, pois são elas que, através de provocações de ordem intelectual, devem medir os diversos atributos que fornecerão os indicadores para palavra final de SIM ou NÃO às pretensões de ingresso dos candidatos.

Considera-se que uma prova é tecnicamente bem elaborada quando ela mede o que pretendeu medir e fornece indicações fidedignas sobre o nível de conhecimentos e as habilidades intelectuais dos candidatos.

Como então uma prova poderia atingir esta finalidade?

Planejada e elaborada com a devida antecedência e segurança, não só por especialistas em conteúdo, mas também, necessariamente, por especialistas em medidas educacionais. A experiência já demonstrou que nem sempre o especialista em conteúdo possui requisitos técnico-pedagógicos para elaborar instrumentos que possuam validade curricular e fidedignidade.

Assim, tratando-se de concurso vestibular com milhares de candidatos e com a incumbência de averiguar o extenso conteúdo de 3 anos de escolaridade regular de 2º grau, não se visualiza maneira melhor nem mais fidedigna que a atualmente empregada, com as ressalvas da tecnicidade do instrumento.

Por outro lado, não se pode esquecer que, nos últimos 10 anos, o país decuplicou, sob forte pressão social, o número de vagas do ensino superior sem que, para tanto, apesar dos ingentes esforços desenvolvidos, conseguisse dispor com igual velocidade de recursos materiais e humanos compatíveis com tal expansão. A Universidade brasileira se defrontou com o problema da quantidade de alunos versus qualidade de ensino. Os concludentes do ensino de 2º grau, em sua esmagadora maioria (98,7%), procuram o ensino superior por considerá-lo a única "agência de formação profissional" capaz de atender às exigências cada vez mais intensas do mercado de trabalho. Consideram que o ensino superior é o mais eficaz, para não dizer exclusivo, mecanismo de ascensão social que lhes é oferecido. Existe um leque de mais de 55 profissões de nível superior — algumas tradicionais, muito procuradas e com bom mercado de trabalho, principal-

mente fora dos grandes centros, outras, com as mesmas características, porém com mercado saturado ou inexistente, e uma boa parte delas sem mercado, sem prioridade para o desenvolvimento nacional, e levando ao sub-emprego. Em resumo, o sonho de ingresso muitas vezes faz da Universidade uma "fábrica de frustrados".

A desproporção entre a demanda e a oferta de vagas tem se agravado, principalmente após a inevitável medida de contenção da expansão do ensino superior, que se tem operado nos últimos dois anos, numa busca desesperada pela recuperação da qualidade de ensino. No entanto, esta contenção, isoladamente, mais cedo ou mais tarde, pressionada novamente pela crescente e alarmante demanda social, poderá conduzir, como na década de 65/75, a uma desordenada criação de faculdades e a uma expansão de vagas não compatíveis com as exigibilidades do país.

Em contrapartida, há carreiras pelas quais o mercado está ávido, faltam vagas no ensino superior e os postulantes não as valorizam por desconhecerem as chances de realização pessoal que elas lhes podem oferecer. Não há programas efetivos e sistemáticos de informação profissional capazes de levar aos jovens as mínimas características de cada carreira que os induzam a uma opção consciente. Tais programas para massas só podem ser feitos através dos meios bi-senso-riais de comunicação.

Vale ainda assinalar que a relação global no país, de cerca de 4 candidatos por vaga de nível superior, é bastante razoável, se comparada com outros países mais desenvolvidos, embora haja sobra de vagas nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais, Letras e Artes e estrangulamento nas áreas de Tecnologia e Saúde.

Entretanto, a procura desigual pelas carreiras não pode ser analisada apenas sob o prisma da relação candidato-vaga. Faz-se necessário conhecer qual o tipo de clientela de cada carreira quanto aos seus atributos sociais. Neste particular, recentes pesquisas da Fundação CESGRANRIO revelam que está ocorrendo um fenômeno de "pré-seleção", isto é, os candidatos optam por carreiras conforme sua origem social e nem sempre estão completamente informados a cerca da realidade de cada profissão, sobretudo quanto à sua natureza.

As análises de correspondência, bem como as de componentes principais, revelam que existe uma escala de prestígio social das carreiras e que a ocupação das vagas é uma função do desempenho dos candidatos o qual está fortemente interligado a variáveis sócio-culturais, como renda-familiar, ocupação do pai, turno de estudo no 2º grau e instrução do pai e da mãe. Nota-se, também, que a escala de prestígio pode ser obtida tanto através dos atributos dos candidatos inscritos como pelos dos classificados e que, ao longo da série histórica da Fundação CESGRANRIO, os valores da escala se conservam monotonamente.

A situação se agrava quando se constata que cerca de 2/3 desses jovens não possuem outra opção senão o retorno continuado, com sucessivas negativas ao acesso universitário. Suposta-mente seriam o retorno continuado, a nível de 2º grau, desde a vigência da Lei 5692/71, que reformou o ensino de 1º e 2º grau, de fato não adquiriram nenhuma habilitação profissional efetiva, que lhes seja válida para absorção pelo mercado de trabalho.

Faz-se mister criar uma alternativa para esta juventude que concorra, igualmente, para o desenvolvimento do país: os cursos pós-secundários, não universitários, que levem às carreiras técnicas intermediárias, indispensáveis à fixação do "know-how" nacional e que, devidamente protegidas por normas que regulem o exercício profissional e a privacidade da ocupação de cargos e posições na empresa brasileira, proporcionem remuneração condigna capaz de elevar o "status" social daqueles que as abracem. Essa necessidade se faz sentir principalmente nos setores primário e secundário da economia, onde tais ocupações são em geral exercidas por estrangeiros formados nesta linha, por profissionais de nível superior sub-aproveitados e improvisados ou pessoal formado no âmbito das empresas de grande porte.

Como conseqüência, abrandar-se-ia a pressão social às portas da Universidade, cuja expansão poderia ser ordenada, permitindo sua recuperação como cérebro pensante do país, pelo ensino qualificado, pela pesquisa aplicada às nossas necessidades e pela eficaz prestação de serviços à comunidade.

Além disso, o ensino superior brasileiro, hoje abrigando 80% dos universitários em instituições particulares, começa a assistir, diante da crise financeira por que passa o país, à falência

de muitas dessas instituições, que se dirigem agora ao Estado, procurando suporte financeiro para seus "deficits" e, em muitos casos, a salvadora estatização. Não é possível que o governo dedique ao ensino superior mais recursos do que já o faz (cerca de 80% do orçamento do MEC), em detrimento do ensino de 1.º e 2.º graus e do pré-escolar, de longe mais prioritários e socialmente mais urgentes.

Esta situação de insolvência tenderá a se agravar com a elevação das exigências para ingresso que, se cumpridas como se espera, em termos reais, dificultará o preenchimento de percentagem considerável das vagas do ensino superior particular.

A solução do pós-secundário, além de dar uma resposta aos jovens que não ingressariam no superior, seria uma alternativa factível para, com uma nova e eficaz modalidade de curso profissionalizante, também de natureza "post" educação de 1.º e 2.º graus, compensar a ociosidade de vagas acima referida e a crise de receita financeira decorrente, além de compatibilizar a formação de recursos humanos com as reais necessidades do mercado de trabalho nacional.

Aliás, há sintomas de que a procura pelo ensino superior já começa a decrescer, ou pelo menos, a estabilizar-se não só a nível do Estado do Rio de Janeiro, mas em todo o território nacional, segundo revelam os primeiros resultados do movimento de inscrições nos vestibulares no país (dados recolhidos dos inscritos para 1981).

As razões desta diminuição ainda não estão delineadas. Para isto, a Fundação CESGRANRIO pretende estudar melhor o fenômeno, no caso do Rio de Janeiro, tomando como base as respostas fornecidas pelos candidatos às questões propostas no questionário sócio-cultural.

Não se sabe ainda se esta contenção deveu-se à desistência de candidatos reprovados em anos anteriores (cerca de 50% dos inscritos) ou se os recém-concluintes do 2.º grau não se sentiram estimulados a continuar seus estudos em nível superior.

Precisaríamos também averiguar a hipótese do reflexo da elevação da taxa de desemprego que tem um grande contingente de excedentes profissionais e analisar outras implicações correlatas.

Neste momento, o incentivo à formação técnico-intermediária seria uma contribuição decisiva à luta pela melhor distribuição da renda nacional, hoje concentrada nas mãos de poucos.

Assim, creio que pudemos observar como é complexo o nosso problema educacional visto através da ótica de um instrumento de avaliação, que se preocupa não somente com a seleção bem feita, mas também, e com igual importância, com o diagnóstico do problema e as ações que podem e devem ser realizadas em decorrência dele. Pudemos ainda verificar que de nada adianta tentar modificar simplesmente o concurso vestibular sem alterações profundas no longo caminho da educação dos nossos jovens.

Mesmo assim, gostaria de lançar para discussão dos presentes uma nova idéia. Ela é fruto da necessidade constante da busca de novas soluções e da tentativa de se compatibilizarem as diferenças e peculiaridades existentes entre as diversas instituições de ensino superior e a qualidade da seleção, sem deixar de lado o aspecto de diagnóstico a que nos referimos ao longo desta conferência.

Trata-se de um modelo mais flexível de ingresso que beneficiará tanto os candidatos como as Instituições de Ensino Superior.

A criação de centrais de avaliação inter-universitárias (pertencentes às Universidades de uma determinada região), competentes e preparadas para avaliar os candidatos ao ensino superior em todos os conteúdos comuns e obrigatórios de 2.º grau e em todos os níveis de habilidade intelectual desejados. Esta avaliação permitiria a emissão de um relatório pormenorizado sobre a situação de cada pretendente a uma vaga na Universidade e ela utilizaria estes indicadores com os pesos, ponderações e preferências conforme os cursos a serem oferecidos e aceitariam ou não os postulantes conforme seus critérios de valorização desta ou daquela disciplina, desta ou daquela habilidade intelectual. Mais ainda, seria possível testar os futuros candidatos de forma homogênea e mais precocemente, isto é, em outras ocasiões que não apenas a do momento do vestibular. Neste caso, aos professores e colégios seriam enviados relatórios sobre possíveis deficiências que poderiam ser sanadas a tempo de corrigir a formação de conteúdo dos próprios alunos que foram avaliados e não somente, como é hoje, a de seus futuros colegas.

Esta avaliação poderia inclusive ser feita até a nível de 1º grau, por estabelecimento, para todo o sistema ou até para um aluno individualmente, através de procedimentos e técnicas progressivas de avaliação intelectual e/ou de conteúdo.

Acredito que, desta forma, o tratamento preventivo seria realizado o mais cedo possível, com a finalidade de propiciar ações corretivas em momentos mais adequados, que certamente implicariam a melhoria da qualidade que tanto desejamos. O sistema universitário estaria resolvendo o problema da qualidade de seus futuros postulantes e além disso ajudando na época própria, e eficazmente, os ensinos de 1º e 2º graus a melhorarem seus desempenhos.

A educação, mais que qualquer outro setor, exige uma reflexão a longo prazo. O tempo de resposta do sistema educacional é, no mínimo, de uma geração.

Isto implica, por partes dos administradores e autoridades educacionais, assumir patrioticamente uma atitude de humildade, aceitando a realidade de que as decisões que por eles forem tomadas, mesmo que não produzam efeitos durante suas gestões, se executadas com firmeza, perseverança e otimismo, certamente muito mais adiante gerarão as soluções esperadas.

Quanto à carência de recursos financeiros, não há dúvidas de que, malgrado os esforços para alocá-los na área educacional, são ainda insuficientes e não acompanham nem mesmo as estratégias do projeto educacional brasileiro.

Como comprovação de tal fato, bastaria citar o dispositivo legal que duplicou o número de anos da obrigatoriedade escolar (4 para 8 anos), além de se procurar atender a uma população-alvo em crescimento vertiginoso e, ao mesmo tempo, alcançar uma melhoria qualitativa de ensino, sem que os recursos tenham acompanhado o objetivo.

Se de um lado, no entanto, há que se alocarem recursos compatíveis com a prioridade que a Educação deve possuir no modelo brasileiro de desenvolvimento, é indispensável que esse aumento de recursos se relacione a uma melhor aplicação: há que distinguir o prioritário do supérfluo, o indispensável do apenas conveniente. Finalmente, há que se atentar também para o fato de que a Escola reflete a realidade brasileira. De nada adiantará maiores recursos para a Educação se outras áreas do campo social, como Saúde, Alimentação e Previdência Social não forem concomitantemente atendidas.

Só se poderá esperar bons resultados se o educando estiver em condições físicas, mentais e emocionais que proporcionem uma correta aprendizagem.

A falta de recursos suficientes, no entanto, não pode justificar desânimo nem inércia para desencadear a revolução de que se necessita na área educacional. Enquanto todos lutamos por dar à Educação o seu lugar de importância em nosso modelo de desenvolvimento, temos que atuar, com determinação e obstinação, nas mudanças que se fazem necessárias no nosso atual sistema educacional, certos de que uma ação efetiva é muito mais válida e objetiva do que a simples elaboração de planos. E, assim, envolver toda a comunidade que, contaminada por uma verdadeira obsessão nacional pela causa da Educação, fará com que possamos construir a Nação que almejamos, livre, democrática, próspera e estável, social e politicamente.

MECANISMOS DA ESCOLHA DA CARREIRA E ESTRUTURA SOCIAL DA UNIVERSIDADE

Sérgio Costa Ribeiro*

INTRODUÇÃO

O Vestibular tem sido quase sempre apontado como um evento capaz de produzir resultados positivos como elemento de pressão pedagógica nos dois primeiros graus de ensino. No entanto, quase nenhum trabalho de pesquisa foi até hoje realizado para testar esta hipótese.

Por outro lado, os trabalhos que procuram utilizar o Vestibular como diagnóstico das deficiências do sistema escolar têm se limitado, praticamente, à detecção de variáveis sócio-econômicas intervenientes no desempenho dos candidatos.

A Fundação CESGRANRIO tem acumulado, de forma sistemática, os dados de seus Vestibulares desde 1973. Estes dados incluem desde as respostas aos questionários sócios-econômicos até o detalhe da opção assinalada em cada questão objetiva por cada candidato.

O objeto de estudo da pesquisa em andamento na CESGRANRIO¹ situa-se dentro de uma problemática excessivamente ampla para ser abordado por uma única disciplina ou sob uma única ótica. Trata-se de um estudo que se situa num campo pluridisciplinar. Neste sentido, o objeto em análise, situado na intersecção de diferentes ciências sociais, encontra, na sua abordagem, o paradoxo experimentado por esta área de saber. Este paradoxo delinea-se, de um lado, pela necessidade metodológica, inerente ao conhecimento científico, de recortes do real em domínios especializados e, de outro lado, pela necessidade da visão global, que busca a pertinência da interdisciplinaridade entre os diferentes recortes da realidade social.

O desafio e os riscos metodológicos situam-se na busca do equilíbrio entre a visão especializada de diferentes áreas do saber e a visão global do objeto da pesquisa. Sem esse equilíbrio, entretanto, dificilmente se poderá atingir uma análise dos mecanismos internos e externos do sistema educacional na configuração da problemática do vestibular.

* Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Pesquisador da CESGRANRIO.

¹ "Vestibular: Instrumento de Diagnóstico do Sistema Escolar" FINEP. Convênio nº B/40/79/148/00/00.